

Estado amplia investimentos na área da saúde nos municípios

Pacote anunciado pelo governo estadual prevê reforço financeiro para infraestrutura

Pablo Jacob/Governo de SP

O Governo de São Paulo anunciou nesta terça-feira, 9 de junho, a liberação de R\$ 801 milhões para reforçar a assistência à saúde nos 645 municípios paulistas. O anúncio foi feito pelo governador Tarcísio de Freitas durante evento realizado no Palácio dos Bandeirantes, na capital paulista. Os recursos serão destinados aos Fundos Municipais de Saúde e poderão ser utilizados tanto para despesas de custeio quanto para investimentos voltados à ampliação e qualificação dos serviços prestados à população.

Do montante anunciado, R\$ 201 milhões correspondem a uma nova parcela do Incentivo à Gestão Municipal do SUS Paulista (IGM SUS Paulista), programa estadual criado para fortalecer a atenção básica. Outros R\$ 600 milhões serão repassados por meio de transferências voluntárias e impositivas indicadas por parlamentares estaduais, com previsão de pagamento até o final deste mês.

Durante a cerimônia, o governador destacou que os recursos fazem parte de um conjunto mais amplo de investimentos destinados ao setor da saúde. De acordo com o governo estadual, quando somados aos valores previstos na ampliação da Tabela SUS Paulista para hospitais municipais, os investimentos alcançam R\$ 1,56 bilhão.

Os recursos do IGM SUS Paulista serão direcionados a ações consideradas estratégicas para a atenção primária. Entre as prioridades estão



Aporte corresponde à nova parcela do IGM SUS Paulista e de transferências voluntárias

o aumento da cobertura vacinal, incluindo a imunização contra o HPV, a redução da mortalidade infantil, o fortalecimento da Estratégia Saúde da Família e o acompanhamento de gestantes diagnosticadas com sífilis. O programa também prevê medidas de enfrentamento das arboviroses urbanas e iniciativas para reduzir internações por condições sensíveis à atenção básica. De acordo com a Secretaria de Estado da Saúde, a am-

pliação dos repasses busca fortalecer a capacidade de atendimento das redes municipais e garantir melhores condições para a execução das políticas públicas de saúde. A pasta afirma que os recursos permitem maior autonomia às administrações locais para atender as demandas específicas de cada região do Estado.

Outro destaque do anúncio foi a ampliação da Tabela SUS Paulista para hospitais municipais. Regula-

mentada em maio deste ano, a medida prevê aproximadamente R\$ 760 milhões em repasses anuais e deverá beneficiar cerca de 100 hospitais localizados em 77 municípios.

Criada pela Secretaria de Estado da Saúde, a Tabela SUS Paulista complementa os valores pagos pela tabela nacional do Sistema Único de Saúde (SUS). Conforme o governo estadual, os procedimentos realizados pelas instituições contempla-

das podem receber até cinco vezes o valor previsto na tabela federal. A iniciativa foi desenvolvida com o objetivo de reduzir os impactos da defasagem histórica dos repasses e ampliar a sustentabilidade financeira das unidades de saúde.

Desde sua implantação, em janeiro de 2024, o programa já transferiu mais de R\$ 10,1 bilhões para aproximadamente 800 Santas Casas, hospitais filantrópicos e demais instituições conveniadas ao SUS. Segundo dados do governo paulista, os recursos contribuíram para ampliar a oferta de consultas, exames, cirurgias e internações em diferentes regiões.

O Incentivo à Gestão Municipal integra a estratégia de regionalização da saúde adotada pela atual administração estadual. Antes da criação do programa, os repasses estaduais para a atenção básica correspondiam a R\$ 4 por habitante. Com a nova política, os valores passaram a variar entre R\$ 15 e R\$ 40 per capita, conforme critérios de desempenho e necessidades regionais.

Dados apresentados pelo governo indicam que mais de R\$ 1,5 bilhão já foi destinado aos municípios por meio do programa desde o início da atual gestão. A expectativa é que os novos repasses ampliem a capacidade de investimento das prefeituras, contribuam para a redução das desigualdades regionais e fortaleçam o atendimento oferecido pelo Sistema Único de Saúde.

Usina pública transformará água do mar em potável

Reprodução/TV Vanguarda

A construção da primeira usina pública de dessalinização do Estado de São Paulo começou em Ilhabela, no Litoral Norte paulista. O empreendimento, desenvolvido pela Sabesp, tem entrega completa prevista para 2029 e deverá ampliar a oferta de água tratada para moradores e visitantes do município.

A iniciativa busca reduzir os impactos provocados pela elevada demanda por água durante períodos de maior movimento turístico. Em épocas de férias, feriados prolongados e alta temporada, o aumento da população flutuante pressiona o sistema de abastecimento local, situação que gera desafios para a distribuição de água em diferentes regiões da cidade.

De acordo com o projeto, a futura unidade será responsável pela captação de 40 litros de água do mar por segundo. Desse volume, aproximadamente 30 litros por segundo serão convertidos em água potável

para consumo humano e abastecimento público. A expectativa é de que a produção adicional represente um aumento de cerca de 20% na oferta de água do município.

A estimativa apresentada pela companhia aponta que aproximadamente 60 mil moradores e visitantes das regiões Central e Norte de Ilhabela poderão ser beneficiados pela nova estrutura. As obras estão em fase inicial e envolvem serviços de preparação do terreno para a instalação dos equipamentos e demais estruturas operacionais.

O projeto prevê a implantação de sistemas de tratamento, reservatórios e áreas de apoio destinadas ao funcionamento da usina. Também está programada a construção de um centro de educação ambiental, que deverá promover atividades voltadas à conscientização sobre o uso racional dos recursos hídricos e a preservação ambiental. A tecnologia escolhida para a unidade é a os-

mose reversa, método amplamente empregado em países e localidades que enfrentam limitações na disponibilidade de água doce. O processo consiste em aplicar elevada pressão sobre a água do mar para que ela atravesse membranas especiais capazes de reter o sal, microrganismos e outras impurezas presentes no líquido. Após a etapa de filtragem, a água passa por procedimentos complementares de tratamento e controle de qualidade até atingir os padrões exigidos para distribuição à população. O resultado é a transformação da água salgada em água própria para consumo humano.

Segundo cronograma, a primeira etapa da estrutura deverá ser concluída até o fim de 2027. A conclusão total está prevista para 2029, quando a usina deverá entrar em operação plena e passar a integrar de forma permanente o sistema de abastecimento de Ilhabela, ampliando a capacidade de atendimento.



Aumento da população flutuante pressiona sistema local